

RELATÓRIO ANUAL DE QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA

CASAN - COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO

AGÊNCIA DE ÁGUAS FRIAS – SAA Águas Frias Unidade I

CNPJ 82.508.433/0112-32

Responsável legal: Diretor-Presidente Edson Moritz

Informações complementares sobre a qualidade da água distribuída e demais serviços disponíveis a comunidade se encontram disponibilizados em www.casan.com.br e nos endereços abaixo mencionados.

Escritório Central: R. Sete de setembro, nº 518, centro, Águas Frias
CEP 89 843 000
FONE: (0xx) 49 3332 0231

Laboratório Reg. Chapecó: Rua Castro Alves, 715E, São Cristóvão, Chapecó
CEP 89 803 111
FONE: (0xx) 49 3321 2793

Caro cliente, a água disponibilizada na sua cidade tem como órgão fiscalizador a Secretaria Municipal de Saúde/Departamento de Vigilância Sanitária Municipal.

Vigilância Sanitária: Rua Sete de setembro, nº 518, centro, Águas Frias
CEP 89 843 000
FONE: (0xx) 49 3332 0019

Identificação do Manancial e Particularidades do Sistema de Abastecimento

A captação de água bruta do SAA (Sistema de Abastecimento de Água) de Águas Frias ocorre em manancial subterrâneo, por meio de dois (02) poços tubular profundo, perfurado entre 100 e 300m de profundidade, em basalto (rocha vulcânica com idade aproximada de 120 milhões de anos, composta de minerais de quartzo, mica e feldspato, possuindo a cor cinza escuro), presente na estrutura hidrogeológica característica do oeste catarinense. As obras de captação de água por meio de poços profundos oferecem condições mais vantajosas que a utilização de mananciais de superfície, uma vez que os mananciais subterrâneos são naturalmente mais protegidos de agentes poluidores. Além disso, a qualidade da água extraída, em geral, é adequada ao consumo humano, dispensando tratamento convencional ou avançado.

A CASAN realiza o monitoramento do manancial de acordo com o estabelecido pela Portaria de Consolidação nº 5 de 28/09/2017 MS". As condições e padrões de qualidade de água desse manancial são estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 396, de 07 de abril de 2008, e o órgão que fiscaliza o cumprimento dessa Resolução é o IMA (Instituto do Meio Ambiente).

Escritório (IMA): Tv Ilma Rosa De Nês, 91 D, 2º Andar, Centro, Chapecó

CEP: 89 801 014

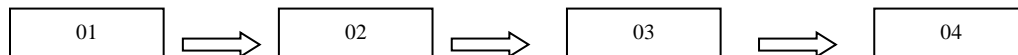
Fone: (49) 2049-9500 (49) 2049-9501

E-mail: chapeco@ima.sc.gov.br

CODAM - Coordenadoria de Desenvolvimento Ambiental – Chapecó

TRATAMENTO APLICADO NA ÁGUA DISTRIBUÍDA

O tratamento de água é realizado em duas (02) unidades de tratamento. O esquema abaixo apresenta, de maneira simplificada, os processos envolvidos no SAA Águas Frias Unidade I.



01 Captação e recalque da água do manancial

Processo no qual ocorre tomada de água no poço e bombeamento até a unidade de tratamento.

02 Pré-oxidação e clarificação

Consiste na aplicação de um agente oxidante, com o objetivo de tornar insolúvel os metais ferro e manganês, processo que permite a retenção desses elementos nas unidades filtrantes de areia e carvão, eliminando o inconveniente causado pela presença excessiva desses elementos.

03 Tratamento final

Desinfecção química por meio da adição de hipoclorito de cálcio e adição de flúor para colaborar para redução da incidência da cárie dentária.

04 Reservação e Distribuição

Concluído o tratamento, a água potável é armazenada em reservatórios e, por meio de canalizações, segue até as unidades consumidoras.

MESES	Parâmetros	Cloro residual	Cor Aparente	Turbidez	Coliformes totais	<i>Escherichia coli</i>
Jan/23	N.º de análises realizadas	5	5	5	5	5
	N.º de análises fora dos padrões	0	0	0	0	0
	N.º de análises em conformidade	5	5	5	5	5
Fev/23	N.º de análises realizadas	5	5	5	5	5
	N.º de análises fora dos padrões	0	1	1	0	0
	N.º de análises em conformidade	5	4	4	5	5
Mar/23	N.º de análises realizadas	5	5	5	5	5
	N.º de análises fora dos padrões	0	0	0	1	0
	N.º de análises em conformidade	5	5	5	4	5
Abr/23	N.º de análises realizadas	5	5	5	5	5
	N.º de análises fora dos padrões	0	0	0	0	0
	N.º de análises em conformidade	5	5	5	5	5
Maio/23	N.º de análises realizadas	5	5	5	5	5
	N.º de análises fora dos padrões	0	0	0	0	0
	N.º de análises em conformidade	5	5	5	5	5
Jun/23	N.º de análises realizadas	5	5	5	5	5
	N.º de análises fora dos padrões	0	0	0	0	0
	N.º de análises em conformidade	5	5	5	5	5
Jul/23	N.º de análises realizadas	5	5	5	5	5
	N.º de análises fora dos padrões	0	0	0	0	0
	N.º de análises em conformidade	5	5	5	5	5
Ago/23	N.º de análises realizadas	5	5	5	5	5
	N.º de análises fora dos padrões	0	0	0	0	0
	N.º de análises em conformidade	5	5	5	5	5
Set/23	N.º de análises realizadas	5	5	5	5	5
	N.º de análises fora dos padrões	0	0	0	0	0
	N.º de análises em conformidade	5	5	5	5	5
Out/23	N.º de análises realizadas	5	5	5	5	5
	N.º de análises fora dos padrões	0	1	0	1	0
	N.º de análises em conformidade	5	4	5	4	5
Nov/23	N.º de análises realizadas	5	5	5	5	5
	N.º de análises fora dos padrões	0	0	0	0	0
	N.º de análises em conformidade	5	5	5	5	5
Dez/23	N.º de análises realizadas	5	5	5	5	5
	N.º de análises fora dos padrões	0	0	0	0	0
	N.º de análises em conformidade	5	5	5	5	5
N.º de análises exigidas pelo Anexo XX da Portaria de Consolidação N.º 5 de 2017/MS, alterado pelas Port. GM/MS n.º 888, de 04/05/21 e n.º 2.472, de 28/09/21		5	5	5	5	5
VMP – Valor Máximo Permissível		0,2 a 5,0 mg/L	Até 15 CU	Até 5,0 NTU	Até uma análise fora dos padrões / mês	Nenhuma fora dos padrões

Significados dos parâmetros

Cloro: Agente químico utilizado para eliminar microrganismos.

Cor aparente: Indica presença de substâncias dissolvidas que deterioram a qualidade estética da água.

Turbidez: Indica presença de partículas em suspensão na água.

Coliformes Totais: Microrganismos cuja presença na água não necessariamente representa problemas para a saúde.

E.Coli: Microrganismo indicador de poluição fecal.

Procedimento padrão:

Consiste nos ajustes técnicos nos processos de dosagens dos agentes químicos e na remoção da água em desconformidade da rede de distribuição.

OBS:

1- Além dos parâmetros apresentados acima, a CASAN controla parâmetros relacionados às substâncias inorgânicas, orgânicas, agrotóxicos e produtos secundários da desinfecção, estabelecidos pela Portaria GM/MS n.º888/21do Ministério da Saúde, sendo que no período todos os resultados foram satisfatórios.

2 - Os síndicos ou administradores de condomínios deverão divulgar o presente Relatório Anual aos condôminos (Artigo 7º do Decreto 5440/2005).

Lei 8078/1990 – Código de Defesa do Consumidor

Art. 6 – São direitos básicos do consumidor

Inciso III: a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de qualidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.

Art. 31 – A oferta e apresentação de produtos e serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam á saúde e segurança dos consumidores.

Cabe a CASAN operar, manter e exercer o controle de qualidade dos sistemas de abastecimento sob sua responsabilidade, obedecendo aos artigos 13º e 14º da Seção IV, Portaria de Consolidação nº 5 de 28/09/2017do Ministério de Saúde.